

COISAS DA POLÍTICA

DORA KRAMER

O que José Carlos ainda não contou

Que a bandalheira sempre correu solta na Comissão de Orçamento do Congresso, ninguém discute. É ponto pacífico, questão líquida e certa, embora ainda não superada. Que existem deputados e senadores vendilhões do exercício de mandatos — não só a empreiteiras, mas a toda sorte de interesses — ninguém duvida. Que há funcionários graduados — denominados cinicamente entre lobistas de "instituições permanentes" — dispostos a negociar seus conhecimentos da máquina administrativa, iluminar os caminhos da burocracia a poder de propinas, também é mais velho que a Sé de Braga.

Muito pouco surpreende nesse escândalo. Tirando a amplitude da máfia, a facilidade com que se corrompe e se é corrompido, e a participação de gente até então mais ou menos insuspeita, um dado inusitado nesse episódio deflagrado pelo economista José Carlos dos Santos, está sendo deixado em segundo plano. Ele ainda não conseguiu dar uma explicação convincente para o fato de guardar US\$ 3 milhões em casa, no fundo de um armário. Ora, José Carlos não admite que tem contas bancárias no exterior?

Então, por que não mandou a dinheirama para fora? Há mais de um ano que ele não tratava mais, pelo menos oficialmente, de questões orçamentárias, desde que foi demitido do Departamento de Orçamento da União. O que fazia então com aquela quantidade de dinheiro em casa? Acreditar que todo ele tem origem na corrupção é dar a José Carlos — a quem a polícia atribui qualidades de inteligência e frieza singulares — o benefício de uma ingenuidade que ele não tem. Assim como Paulo César Farias, um colega de intelecto menos privilegiado e de pernas bem mais rápidas, não deixou vestígio de dólar no solar das Mangabeiras em Maceió, José Carlos, se corrupto apenas fosse, não deixaria resquícios na mansão do Lago Norte, em Brasília.

Enquanto a CPI, muito justamente, dedica-se a apurar o envolvimento de parlamentares na corrupção, a polícia de Brasília trabalha em outras frentes. Desconfia, por exemplo, que tanto dinheiro assim, ao vivo, só pode ter uma origem e destino: o tráfico de drogas. Apenas esse tipo de negócio requer um capital de giro permanente e volumoso. Só a necessidade de movimentação constan-

te do dinheiro justifica a presença de tantos dólares na casa de alguém. Não há rico, milionário ou trilardário que mantenha em casa US\$ 3 milhões para despesas gerais. E mais: por que guardar intacto o produto das propinas por tanto tempo?

Nessa vertente encontra-se também a explicação para o fato de José Carlos ter apontado aos parlamentares da CPI que foram conversar com ele na Polícia Federal uma nova parilha de dólares, 900 mil. Claro, para ele é muito mais seguro que o dinheiro esteja em outras mãos, porque com dinheiro de traficante ninguém fica. O preço pode ser a própria vida, mesmo — ou até principalmente — dentro da cadeia.

Outro dado que levanta suspeitas na mesma direção é a facilidade com que José Carlos produz provas contra si em crime de corrupção. De duas uma: ou o economista considera o recebimento de propinas uma prática edificante ou esconde culpas maiores. Importante lembrar que por corrupção ele pode ser condenado a, no máximo, três anos uma vez que devolveu o produto do crime antes de ser denunciado. Já o tráfico de entorpecentes poderia render-lhe 15 anos de prisão ou um destino ainda pior, já que seria obrigado a revelar com quem transacionava.

O desaparecimento da mulher, Ana Elizabeth, em novembro do ano passado, pode até nada render para José Carlos. Mesmo que tenha culpa, como suspeitam os responsáveis pela delegacia de Homicídios de Brasília, dificilmente se conseguirá provar algo contra ele. Pelo simples fato de que nem mesmo o corpo dela apareceu. Por isso, a tese que prevalece hoje nos meios policiais é a de que a estratégia de José Carlos é ser condenado como o maior corrupto do país.

Levar com ele dois, três ou meia dúzia de parlamentares não chega a ser o mais grave. Até porque a investigação na Comissão de Orçamento, com a correspondente cassação do mandato de quem ficar provada a culpa, é absolutamente necessária. Não se discute a credibilidade de José Carlos para denunciar tramóias no orçamento, uma vez que participava de tudo. O que não se pode é transformá-lo agora em herói nacional, paladino da moralidade, cidadão acima de qualquer suspeita. Trata-se, no mínimo, de um corrupto confesso.

Fiúza pode adiar

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), cujo depoimento na CPI do orçamento está marcado para quarta-feira, passou o final de semana trancado com um advogado em seu apartamento em Brasília montando sua defesa. A inten-

ção, até ontem, era a de comparecer à comissão na data marcada, embora não estivesse descartado um pedido de adiamento por 24 horas, caso ele não conseguisse reunir todos os documentos de que precisa a tempo.